

**Marcus Alexandre Mendes de Andrade**

# **RADIOGRAFIA DO PODER**

**Uma biografia dos ocupantes do  
poder no Brasil  
(Partes III e IV)**

**2020**

*A todos aqueles que sucumbiram, lutando para que este país fosse muito melhor para todos, não apenas para a pequena elite do poder.*

## INTRODUÇÃO

Este trabalho traz a terceira e a quarta partes de “Radiografia do Poder”, um estudo bem maior que procura traçar o perfil biográfico daqueles que ocuparam o poder no Brasil.

Depois de ter apresentado, no primeiro livro, as biografias dos poderosos do tempo da Colônia, desde Dom Manuel I (1469-1521), o rei responsável pela chegada dos portugueses ao Brasil, até Dom João VI (1727-1826), o primeiro rei português a pisar do outro lado do Atlântico, ou melhor, o governante que atravessou o Atlântico como Príncipe Regente e voltou para a Europa como rei, agora é hora de abordar as personalidades que ocuparam o primeiro posto de autoridade do país desde a independência, proclamada em 1822, até a proclamação da república em 1889.

Na terceira parte (as duas primeiras partes estão no livro I), serão apresentadas as biografias dos únicos dois imperadores que o Brasil teve, mostrando também algumas personalidades que, orbitando o poder, a ele serviam sob a proteção dos imperadores. Ademais, serão pinçadas brevemente as revoltas e rebeliões que explodiram durante o tempo do Império.

Além disso, em um capítulo reservado à Regência, serão apresentados os perfis biográficos daqueles que conduziram o Brasil até que Dom Pedro II (1825-1891) pudesse assumir, efetivamente, o trono. Um tempo de instabilidade, de várias revoltas e de várias contestações.

Na quarta parte, virão à baila outras personalidades, cuja vida esteve a serviço do poder. Serão apresentados alguns perfis biográficos de condes, viscondes, marqueses e estadistas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a consolidação das instituições de poder no Brasil.

Apresentando tantos poderosos, este estudo pretende traçar as linhas principais de sua personalidade, sua forma de governo, seus principais feitos e os grandes desafios que enfrentaram na administração do poder.

Como foi dito no outro volume desta coleção, este trabalho não pretende ser um estudo minucioso e técnico dos poderosos, mas sim um álbum fotográfico, em que algumas informações são fornecidas para que o leitor possa se familiarizar com estes personagens e aprofundar, oportunamente, aquelas biografias que mais despertarem sua curiosidade.

Aos leitores, o desejo de uma boa leitura e um convite para o sonho, a fim de que o poder, esta pedra preciosa que enlouquece a tantos e faz o mundo se mover, nem sempre como seria o melhor para todos, possa ser, um dia, poder-serviço e força de transformação social.

**PARTE III**  
**PODEROSOS NO IMPÉRIO**  
**DO BRASIL**

## CAPÍTULO VII

### PODEROSOS NO IMPÉRIO DO BRASIL:

#### DOM PEDRO I



#### 7.1. Dom Pedro I (1798-1834): imperador de 1822 a 1831

Dom Pedro I nasceu em Portugal, no Palácio de Queluz. Seu nome completo era Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim. Era filho de Dom João VI (1767-1826) e de Carlota Joaquina de Bourbon (1775-1830). Segundo filho homem do casal, foi criado junto da Rainha Dona Maria I (1734-1816), assim como seus irmãos, devido à separação de seus pais em 1802.



O casamento de Dom João e Carlota Joaquina nunca foi um casamento tranquilo, devido às diferenças entre eles e à vida muito livre e, segundo alguns, sexualmente aberta, da esposa. Ademais, do ponto de vista político, Carlota Joaquina não escondia de ninguém que torcia e fazia de tudo para que a Espanha, sua terra

natal, saísse beneficiada de todas as disputas com Portugal. Estas divergências tanto de gênio quanto políticas fizeram com que ambos resolvessem morar, cada qual, em um palácio. No entanto, as crianças permaneceram no Palácio de Queluz e viam seus pais apenas em momentos oficiais da corte. Ali, sua educação ficou por conta de uma aia e de um padre franciscano, que era também botânico.

Em 1807, a situação da família real mudou completamente. Pressionado pelas ofensivas de Napoleão Bonaparte (1769-1821), que vinha dominando a Europa com seus exércitos, Dom João VI, já príncipe regente há alguns anos, decidiu que a família real e os membros da corte deveriam cruzar o Atlântico e se instalar no Rio de Janeiro.

Em poucos dias, a rainha Dona Maria, afastada do governo por questões de saúde, Dom João, sua esposa e filhos, serviçais, damas de companhia, altos funcionários da administração e muitos membros da nobreza, todos arrumaram suas malas e partiram para o desconhecido Brasil, que a maioria só conhecia por notícias que chegavam à metrópole.

Dom Pedro, então com nove anos, fez esta longa viagem, durante a qual leu a famosa obra “Eneida”, de Virgílio (70-19), conversou com a tripulação e tomou lições de navegação. Esta sua postura mostra muito bem seu perfil de menino estudioso. Inclusive, mais tarde, manteve esta dedicação e sempre reservava ao menos duas horas por dia para a leitura e os estudos. Entendia bem matemática, economia, política, lógica, história, geografia e música; e compreendia muito bem latim e francês e um pouco de inglês e alemão.

Em 1816, quando sua avó morreu e seu pai subiu ao trono como Dom João VI, Dom Pedro, como era então o filho mais velho

vivo, passou a ser o herdeiro imediato do trono. Desta forma, casar-se era um imperativo. No entanto, sua vida amorosa desregulada tornou-se um grande obstáculo para lhe arrumarem um casamento real. Inclusive, já tinha tido um “casamento” não oficial com uma dançarina francesa, exilada para longe da corte quando Dom João assumiu o trono e começou a procurar uma esposa para seu herdeiro.

Depois de muita procura, acertou-se o casamento com a arquiduquesa Leopoldina da Áustria (1797-1826), filha do imperador Francisco (1768-1835), o último monarca do Sacro Império Romano-Germânico.

Muita gente estava a par das façanhas amorosas do jovem conquistador, mas depois de demoradas negociações diplomáticas, estava a caminho do Brasil a Arquiduquesa Leopoldina Josefa Carolina, filha do imperador Francisco I da Áustria, que fora a escolhida para esposa de Dom Pedro. (FRAZÃO, 2020a).

Em 1817, casaram-se por procuração e, só no final do ano, Leopoldina chegou ao Brasil, passando a se chamar, em homenagem ao povo brasileiro, Maria Leopoldina. Deste casamento, nasceram 7 filhos: Maria da Glória (1819-1853), que foi rainha de Portugal, Miguel (1820-1820), João (1821-1822), Januária (1822-1901), Paula (1823-1833), Francisca (1824-1898) e Pedro (1825-1891), que sucederia Dom Pedro I no trono.

Dom Pedro, no entanto, apesar do casamento, mantinha uma vida amorosa muito conturbada, tendo várias amantes, não só na corte como também em outras regiões do país. Isso foi de tal modo decepcionante e constrangedor para Maria Leopoldina que ela, que sempre fora muito alegre, inteligente e vivaz, passou a ficar deprimida e profundamente triste.

A partir de 1820, uma reviravolta aconteceria com Dom Pedro, tão intensa como aquela que o tirou de Portugal e o trouxe



para o Brasil. Em Lisboa, grupos revolucionários liberais se amotinaram contra a ausência da família real, rejeitaram a pessoa deixada como regente por Dom João e passaram a exigir uma constituição liberal para ordenar Portugal e todas as suas colônias, inclusive o Brasil.

Com esta situação conflitiva, Dom João chegou a pensar em enviar Dom Pedro para Portugal, a fim de ser regente e apaziguar os ânimos. No entanto, Dom Pedro era muito próximo das ideias liberais e o rei ficou muito receoso de que “o remédio ficasse pior que a doença”. Conhecendo o gênio do filho, que pensava pouco antes de agir e tomava decisões com o calor do momento, Dom João receou que ele ou incendiasse o motim por suas características e gênio pessoais ou, devido às suas ideias liberais, consentisse em tudo que os revolucionários exigiam.

Quando as tropas portuguesas se amotinaram no Rio de Janeiro, Dom João ficou totalmente sem ação, assim como seus ministros. Coube a Dom Pedro, que tinha certa proximidade com o exército brasileiro, pedir que intervissem e apaziguassem os ânimos dos descontentes. Isso foi a gota d’água. Dom João, assim, se convenceu de que deveria voltar para Portugal, deixando para trás seu sonho de viver em tranquilidade no Brasil, longe dos conflitos e das ideias revolucionárias da Europa.

Como Príncipe regente, deixou seu filho Pedro, pedindo-lhe que mantivesse o controle do Brasil e jurasse obediência a Portugal. As cortes portuguesas aceitaram pagar-lhe uma determinada quantia, pelos serviços prestados à Coroa na condução do Brasil, o que tinha, também, o efeito simbólico de garantir que Dom Pedro se sentisse um funcionário de Portugal no Brasil e não um governante autônomo.

No fim de 1821 e início de 1822, Dom Pedro, fazendo uso de seus poderes de regente, diminuiu impostos e gastos governamentais, deixando Portugal irritado com suas ações. Além disso, conseguiu debelar uma revolta que começava a surgir entre as tropas portuguesas que exigiam que ele prestasse juramento à Constituição portuguesa.

A corte de Lisboa despachou então um decreto exigindo que o Príncipe retornasse a Portugal e que o Brasil voltasse à condição de colônia. O decreto vindo da corte provocou grande desagrado popular. Um abaixo-assinado com oito mil assinaturas foi levado a Dom Pedro, solicitando sua permanência no Brasil.

No dia 9 de janeiro de 1822, cedendo às pressões, o príncipe declara: “Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto. Diga ao povo que fico”. O Dia do Fico era mais um rompimento com Portugal. A atitude de Dom Pedro desagradou a Corte Portuguesa, que suspendeu o pagamento de seus rendimentos. (FRAZÃO, 2020a).

Enquanto Portugal fazia pressão contra Dom Pedro e a autonomia do Brasil, aqui a popularidade do Príncipe regente aumentava cada vez mais. Por onde passava, era muito aclamado e homenageado.

Angariando apoios em Minas Gerais e em São Paulo, Dom Pedro recebeu cartas do Rio de Janeiro, uma de sua esposa e outra de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), um de seus conselheiros mais importantes. As cartas diziam que as cortes portuguesas tinham avisado que jamais aceitariam que o Brasil criasse suas próprias leis e insistiam que o Príncipe deveria voltar imediatamente para Portugal. Tanto José Bonifácio como Maria Leopoldina, que neste momento presidia o Conselho de Estado, devido à viagem do Regente, sugeriram que alguma providência séria fosse tomada, pensando no bem do Brasil e na liberdade necessária para o presente e o futuro do país.